

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calaxa1970@gmail.com

Atentos à CPMI

A oposição está mobilizada para ocupar postos estratégicos na CPMI do INSS, criada esta semana pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), foi direto ao ponto: “Não abrimos mão da relatoria da CPMI do roubo dos aposentados”, escreveu em uma rede social. No lado governista, a aposta é para que a presidência caiba ao senador Omar Aziz (PSD-AM), o mesmo da CPI da covid-19.

Só em agosto

Co-autora do requerimento para a criação da CPMI, ao lado da deputada Coronel Fernanda (PL-MT), a senadora Damarees Alves (Republicanos-DF) prevê o início dos trabalhos em agosto. “Eu serei membro do CPMI? Não sei. Mas mesmo que não seja, vou ajudar muito na condução das investigações”, garantiu. Ela acredita que o início dos trabalhos dará oportunidade para novas denúncias. E considera que a investigação parlamentar não atrapalhará o trabalho da Polícia Federal.

Davi e Golias

Ausente na 33ª edição da Marcha para Jesus, marcada pela participação de políticos conservadores em São Paulo, o presidente Lula enviou uma saudação de paz ao eleitorado evangélico. Em nota, o chefe do Planalto lembrou que, em 2009, sancionou a lei que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus. E, ao mencionar o personagem bíblico Davi, celebrou a visibilidade que a Marcha ganhou ao longo dos anos.

União nacional

Coube ao ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, entregar a mensagem presidencial ao apóstolo Estevam Hernandes e à bispa Sônia, organizadores da Marcha para Jesus. “O louvor a Deus é o caminho da reconstrução”, escreveu o presidente, em um trecho do texto. Disse ainda que o governo tem promovido o diálogo inter-religioso e valorizado a atuação das igrejas “na construção de um Brasil mais justo e solidário”.

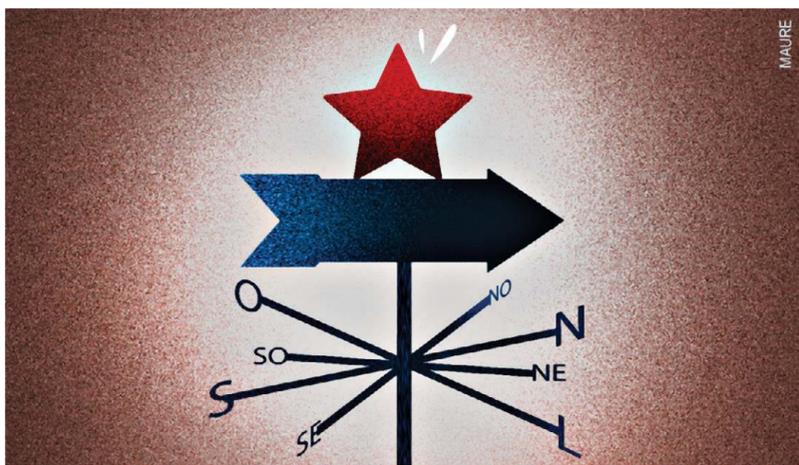
Governo e Congresso: relação a melhorar

Com o recesso legislativo previsto para 18 de julho, restam pouco mais de duas semanas úteis para o governo Lula para resolver pendências importantes com o Congresso Nacional. A próxima semana tende a ser de baixa produtividade no Legislativo, em razão das festas juninas, compromisso político obrigatório para os parlamentares, em particular do Nordeste.

Nesta legislatura, o presidente Lula buscou uma aproximação com os novos eleitos para comandar as duas casas legislativas, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP). As viagens ao exterior e os encontros

no Palácio da Alvorada não implicaram, entretanto, ganhos expressivos para o governo. Pelo contrário, o que se viu foi um legislativo refratário às medidas propostas pelo Executivo e ávido pelo pagamento de emendas parlamentares.

A mudança na Secretaria de Relações Institucionais, ao contrário do que supunham muitos aliados de Lula, não alterou significativamente a relação entre governo e Congresso. As votações desta semana, com derrotas fragorosas para o Executivo, indicam que a articulação política precisa melhorar muito se quiser avançar nas pautas de interesse do Palácio do Planalto.



Lula por Lula

Na entrevista ao programa Mano a Mano, o presidente Lula comentou sobre sua trajetória pessoal. “Eu me considero um vencedor na vida”, disse, recordando sua origem humilde, a vida em São Paulo e a chegada à Presidência. “Sou tudo aquilo que jamais imaginei ser”, disse. “Eu não sou um presidente da República que gosta do povo. Eu sou um deles que cheguei lá”, concluiu.

Liberdade vigiada

A Justiça mineira autorizou a progressão de regime a Antônio Cláudio Alves Ferreira, o homem que derrubou o relógio histórico no Palácio do Planalto durante os atos de 8 de janeiro. Ferreira foi condenado a 17 anos de prisão e já havia cumprido 1/6 da pena. Saiu do presídio em Uberlândia (MG) sem tornozeleira eletrônica. Há uma previsão legal de 60 dias para que ele passe a usar o equipamento.

Recuperação

O relógio destruído em 8 de janeiro foi doado a Dom João VI pela corte francesa em 1808. O conserto da relíquia foi possível graças à colaboração de uma empresa suíça.

Alta temporada

O Dia do Cinema Brasileiro, comemorado ontem, reforça a excelente temporada da produção nacional. Dados da Ancine indicam, em 2025, um aumento de 26,3% de público nas salas de exibição na comparação com 2024. A renda total da bilheteria passou de R\$ 1 bilhão, representando um crescimento real de 22% em relação ao ano passado.

Imagem brasileira

Naturalmente, essa retomada se deve muito ao reconhecimento de obras-primas como Ainda Estou Aqui, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional; O Agente Secreto, premiado em Cannes; e O Último Azul, destaque no Festival de Berlim. O Dia do Cinema Brasileiro resgata o 19 de junho de 1898, data do primeiro registro de imagens em movimento da Baía da Guanabara.

Arte de empreender

Na próxima terça-feira, Cristina Boner lança em Brasília o livro “Jungle Startup — O sucesso do novo empreendedor”. A obra reúne técnicas e dicas da autora para quem decide empreender no país. O coquetel e sessão de autógrafos serão no Grand Cru do Lago Sul, a partir das 19h.

PODER

Zambelli já admite ser deportada

Em dossiê, deputada diz que pode ser presa na Itália e devolvida ao Brasil para cumprir sentença. Defesa nega ter produzido documento

» MAIARA MARINHO

Condenada à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) admitiu que, apesar de ter passaporte italiano, pode ser deportada para o Brasil. Ela está no país europeu, para onde fugiu após ser sentenciada a 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Zambelli distribuiu um “Dossiê Técnico de Defesa” no qual afirma que, apesar de ter cidadania italiana, “tal situação não garante imunidade absoluta”, e ela pode ser presa no país europeu e deportada para o Brasil. Isso porque a Constituição Italiana, mencionada no documento, “permite a extradição de nacionais se prevista em tratado internacional — ressalvada a hipótese de crime político”. Quando fugiu, a deputada sustentou que seria “intocável” na Itália.

O documento menciona o precedente jurídico no caso de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, condenado no esquema do Mensalão, ao citar que, em 2014, a Corte de Apelação de Bolonha negou inicialmente a extradição do italo-brasileiro ao reconhecer o “risco que as prisões brasileiras representam”. À época, esgotados os recursos, Pizzolato foi extraditado.

O documento aborda possíveis violações a direitos e garantias fundamentais que Zambelli alega estar sofrendo na Justiça. Após a condenação dela transitar em julgado, o ministro Alexandre de Moraes formalizou um pedido de extradição da parlamentar e emitiu um mandado de prisão, além de ter solicitado a inclusão do nome da parlamentar na lista vermelha da Interpol.

No dossiê, a robustez das provas que resultaram na condenação é questionada. Há alegação de que a negativa de recursos feitos pela

Memória

Condenado no processo do Mensalão — maior escândalo do primeiro governo Lula (2003-2006) — a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro, Henrique Pizzolato fugiu para a Itália em 2013. No ano seguinte, o petista foi preso, dando início a uma longa negociação diplomática para sua extradição, autorizada em 2015 depois que o Brasil, via a Procuradoria-Geral da República, atestou ao Conselho de Estado da Itália — última instância administrativa da Justiça do país europeu — a existência aqui de presídios onde direitos fundamentais são acatados.

deputada a prejudicou, pois, segundo sustenta, poderiam provar sua inocência. Cita como exemplo a oitiva de uma importante testemunha arrolada por Zambelli e a negativa de acesso a provas apresentadas pelo hacker Walter Delgatti Netto, também condenado no processo.

Uma das preocupações apresentadas no documento são as condições carcerárias no Brasil e menciona que elas representam “riscos aos direitos humanos básicos de qualquer pessoa custodiada, inclusive da Sra. Zambelli”.

Apesar do título do dossiê, a defesa nega que tenha elaborado o documento. Os advogados que atuam no caso são Fábio Pagnozzi, no Brasil, e Pierimillio Sammarco, na Itália. Foi Pagnozzi quem informou ao **Correio** que o dossiê não foi formulado por ele nem por Sammarco.

Questionado se o documento teria sido produzido e divulgado pela própria parlamentar, Pagnozzi disse que Zambelli está incommunicável.

Ed Alves/CB/DA.Press



Zambelli foi condenada por invasão aos sistemas do CNJ, mas sustenta ser perseguida política

OAB defende advogado alvo de Moraes

A Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB em São Paulo escalou o advogado Renato Marques Martins para defender o criminalista Luiz Eduardo de Almeida Kuntz, alvo de inquérito da Polícia Federal por suposta obstrução de investigação do plano de golpe. O inquérito foi determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.

“A instauração de uma investigação contra um advogado que nada mais fez do que bem e devidamente exercer a defesa do seu cliente, verificando se as acusações contra aquele eram verdadeira ou falsas, representa uma tentativa de calar a defesa que não deve ser, e não será, admitida em uma sociedade democrática”, disse Renato Martins,

mestre em direito penal pela USP. Na quarta, o ministro mandou prender o coronel Marcelo Câmara, ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro e denunciado como integrante do núcleo de militares do plano golpista. O advogado de Câmara é o criminalista Kuntz. Ele entregou ao STF, no início da semana, mensagens que afirma ter trocado com o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro o tenente-coronel do Exército Mauro Cid — delator da trama antidemocrática —, por meio de um perfil no Instagram, ‘Gabriela’ (@gabrielar702).

Ao levar as conversas ao STF, Kuntz pediu a anulação da delação de Cid. Para Moraes, Câmara, por meio do advogado, tentou

obter informações sigilosas sobre a delação premiada de Mauro Cid, o que, segundo o ministro, pode caracterizar crime de obstrução de investigação.

Câmara foi preso na quarta-feira e levado para o Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília. Ele passou por audiência de custódia, ontem, e a detenção foi mantida.

Moraes também afirma que Câmara descumpriu a decisão que o proibiu de usar redes sociais “próprias ou por terceira pessoa” e de manter contato com outros investigados, “inclusive por intermédio de terceiros”.

O ministro afirma em sua decisão que Kuntz “transbordou ilícitamente das obrigações legais de

» Vândalo é solto pela Justiça

O mecânico Antônio Cláudio Alves Ferreira, condenado a 17 anos de prisão por destruir o relógio de Dom João VI no Palácio do Planalto, durante os atos golpistas de 8 de janeiro, deixou o Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia (MG), após ser beneficiado com a progressão para o regime semiaberto por bom comportamento. Na decisão, o juiz determinou a soltura sem o uso de tornozeleira eletrônica, devido à indisponibilidade do equipamento no estado. Ele ficou conhecido por destruir o relógio, um exemplar francês do século XVII, presenteado a Dom João VI e que fazia parte do acervo do Planalto.

advogado”. Um inquérito autônomo foi aberto para investigar tanto o criminalista quanto Câmara.

A OAB em São Paulo reagiu imediatamente à ofensiva de Moraes e chamou Renato Marques Martins para defender Kuntz. Em nota, o advogado classificou de “abusiva” a determinação do ministro do Supremo. Ele afirmou que Kuntz foi procurado “pelo sr. Mauro Cid”. “(Eduardo Kuntz) exerceu seu dever de verificar se a delação (de Mauro Cid) foi ou não espontânea, ou se houve algum tipo de coação ou pressão para que ele acusasse terceiros falsamente, o que, pelo que consta das mensagens enviadas pelo sr. Mauro Cid, infelizmente ocorreu”, sustentou Martins.